



NOTA DE IMPRENSA

Abertura de procedimentos de classificação das 6 pirogas do Rio Lima e dos 10 canhões em bronze achados na Ponta do Altar

A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) procedeu à abertura dos procedimentos de classificação dos seguintes bens, cuja proteção e valorização representam valor cultural de significado para a Nação, nos termos do n.º 4, do artigo 15º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro:

1. Conjunto de seis pirogas monóxilas provenientes de recolha arqueológica subaquática realizada no rio Lima
2. Dez canhões provenientes de recolha arqueológica subaquática realizada na Ponta do Altar com os números 1,2,3,4,5,6,7,8,10 e 11.

Sobre o conjunto 1: *As pirogas monóxilas são embarcações construídas a partir de um único tronco de árvore, neste caso de carvalho. Este conjunto apresenta um interesse arqueológico e patrimonial muito relevante enquanto testemunho notável da navegação em Portugal, e da travessia do Rio Lima em particular, desde a Idade do Ferro até à Baixa Idade Média. A dimensão do conjunto e de cada exemplar (uma delas com quase 7m de comprimento), o seu estado de conservação e a antiguidade de alguns exemplares não têm paralelo na Península Ibérica, sendo também únicos em Portugal.*

As pirogas foram encontradas nos sítios de Lanheses e Lugar da Passagem, Freguesias de Lanheses e Geraz do Lima, concelho de Viana do Castelo. O achado da primeira piroga do conjunto remonta aos anos 80 do século XX. Estes bens arqueológicos encontram-se à guarda da DGPC nas reservas do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS).

Sobre o conjunto 2: *As 10 bocas-de-fogo (canhões) em bronze, com quase 3m de comprimento cada, conjuntamente com outras evidências arqueológicas,*

nomeadamente um canhão de ferro que permaneceu no local (nº9) permitiram reconhecer um contexto de naufrágio, ainda que disperso, de um navio que terá estado ao serviço da Coroa de Espanha e que se terá perdido numa manobra mal sucedida de entrada ou saída na barra do rio Arade, constituindo, segundo os especialistas, uma das mais significativas coleções de artilharia em bronze dos inícios do século XVII (dinastia Filipina).

O sítio arqueológico da Ponta do Altar situa-se na Freguesia de Ferragudo, concelho de Lagoa. A descoberta do primeiro destes exemplares remonta aos anos 90 do século XX. Três dos canhões encontram-se depositados e podem ser vistos no Museu de Portimão, tendo sido temporariamente cedidos a este município pela DGPC, enquanto as restantes bocas-de-fogo se encontram à guarda da DGPC, nas reservas do CNANS.

Estes procedimentos resultam de uma proposta inicial para abertura de processos de classificação de bens móveis provenientes de meio náutico ou subaquático que foi apresentada à DGPC por um grupo de investigadores do CHAM — Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - com o qual a DGPC tem um protocolo de colaboração.

A abertura dos procedimentos, no âmbito da política da DGPC, significa o reconhecimento do inegável valor científico, técnico, estético e material de cada um destes bens arqueológicos para a história de Portugal, remetendo para traços constituintes e distintivos da nossa relação com o mar.

De referir ainda ser esta a primeira vez que bens arqueológicos provenientes de meio náutico e subaquático são objeto de procedimento de classificação como bens móveis, no quadro da lei de Bases do Património Cultural e demais legislação regulamentar.

Lisboa, 4 de fevereiro 2019

Maria do Céu Novais

Assessoria de Imprensa

Direção-Geral do Património Cultural / DGPC

Tel. (00 351) 21 361 42 00/ 21 361 42 59 (direto) | TM 938 299 651